

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 28 de setembro de 2021 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## O Estado de S. Paulo | BR

Propriedade Industrial

<b>Editorial Econômico</b> .....	<b>3</b>
----------------------------------	----------

EDITORIAL ECONÔMICO

## Congresso em Foco | BR

27 de setembro de 2021 | Patentes

<b>Decisão sobre vetos na Câmara seguiu acordo da Reunião de Líderes</b> .....	<b>4</b>
--	----------

LUCAS NEIVA

## Consultor Jurídico | BR

27 de setembro de 2021 | Direitos Autorais

<b>Google deve restabelecer dois canais de YouTube removidos indevidamente</b> .....	<b>6</b>
--	----------

CONSULTOR JURÍDICO

## Gazeta do Povo - Online | PR

27 de setembro de 2021 | ABPI

<b>Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro</b> .....	<b>7</b>
---	----------

RODOLFO COSTA

## Editorial Econômico

### EDITORIAL ECONÔMICO

Perdendo a corrida pela inovação

A melhora de cinco posições em relação a 2020 no índice Global de Inovação (IGI) alcançada pelo Brasil no mais recente ranking elaborado pela Organização Mundial de **Propriedade** Industrial (Wipo, na sigla em inglês) está longe de significar melhora significativa. A classificação, 57A entre 132 países analisados, é muito ruim, especialmente se se considerar que, mesmo com o encolhimento observado no ano passado, o Brasil ainda é a 12.ª maior economia do planeta e o 13.º maior, entre 45 países, na produção industrial. Há dez anos, o Brasil estava na 47A posição no ranking, o melhor resultado de toda a série.

Países desenvolvidos são os que mais investem em inovação, pesquisa e desenvolvimento, e dispõem de sistemas de ensino mais eficientes na preparação de sua população. Ocupam, pois, as principais posições no ranking da Wipo. Os quatro primeiros são Suíça, Suécia, Estados Unidos e Reino Unido.

Na quinta posição está a Coreia do Sul, com a qual o Brasil parecia disputar, há três décadas, uma corrida pela inserção competitiva na economia mundial. O ranking mostra como cada país encarou seus desafios.

A óbvia incompatibilidade entre a posição do Brasil

como uma das maiores economias industriais do mundo e sua classificação no ranking de inovação, mais do que mostrar atraso, constitui severa advertência. Como manter-se competitivo para disputar espaços no mercado internacional se não se inova em processos, métodos e produtos como exige a nova demanda mundial?

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em formação de mão de obra qualificada para as novas exigências e na preparação de uma sociedade capaz de encarar os novos padrões são essenciais, agora e no futuro.

"O crescimento sustentável e a superação da crise agravada pela pandemia passam pela via da inovação", diz Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que colaborou com a Wipo.

"Uma estratégia nacional ambiciosa, que priorize o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação para o fortalecimento da indústria, tornará a economia mais dinâmica, promovendo maior equidade e bem-estar social."

Não é sensato esperar ações dessa natureza de um governo sem rumo e que despreza a ciência e o conhecimento em geral.

## Decisão sobre vetos na Câmara seguiu acordo da Reunião de Líderes

A Câmara dos Deputados concluiu nesta segunda-feira (27) a primeira parte da votação para deliberar sobre a derrubada dos vetos do presidente Jair Bolsonaro a projetos de lei aprovados no Congresso Nacional. A votação seguiu os termos do acordo definido em reunião de líderes, em que 11 dos 39 vetos foram mantidos, dois foram destacados e sete foram derrubados. Restam ainda 11 vetos a serem debatidos na próxima quinta-feira (30) e outros nove pelo Senado.

Entre os vetos derrubados, está o de número 42/2021, referente ao projeto de lei que suspende ações de despejo enquanto durar a pandemia da covid-19. Também foi derrubado o veto nº 40, apostado ao Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, que institui normas para a cooperação entre órgãos de governo e do terceiro setor para o enfrentamento da pandemia.

O conteúdo deste texto foi publicado antes no Congresso em Foco Insider, serviço exclusivo de informações sobre política e economia do Congresso em Foco. Para assinar, entre em contato com [comercia1@congressoemfoco.com.br](mailto:comercia1@congressoemfoco.com.br).

O veto que maior enfrentou resistência na oposição foi o de número 51, que derruba a Lei Assis Carvalho, projeto que cria um programa de ajuda aos agricultores familiares afetados pela pandemia. "O presidente vetou um projeto de apoio à agricultura familiar para a produção de alimentos em um momento de carestia de alimentos. (...) Estamos vendo fila para a compra de ossos. O veto à Lei Assis Carvalho é uma maldade com o povo brasileiro", declarou sobre o tópico o deputado Afonso Florence (PT-BA), vice-líder da oposição na Câmara. No acor-

do entre líderes, o veto foi destacado.

Outro veto que também chamou atenção foi referente à inclusão de plano de saúde para servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, no que se manifestou o deputado Luis Miranda (DEM-DF). "A Polícia Civil abriu mão dessa saúde lá atrás, talvez por falta de articulação política ou falta do entendimento de que saúde não se abre mão, o que ficou evidenciado nesta pandemia. (..) A saúde é indiscutível". Este ficou previsto para ser votado no dia 30, bem como o veto ao projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional.

Apesar da votação ter cumprido os termos do acordo, o mesmo não foi aprovado sem que houvesse resistência. Algumas lideranças manifestaram sua oposição a alguns trechos do acordo, como a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), líder da bancada do Psol, que registrou a oposição de seu partido aos vetos nº20, 23, 29, 35, 50 e 52. Mas por considerar a derrubada do veto número 42, como uma prioridade na votação, o Psol manteve o voto favorável à decisão da Reunião de Líderes.

Restaram ainda questões de relevância previstas para discussão no Senado Federal, como quanto ao veto que derruba o projeto que regulamenta a criação de federações partidárias e a **quebra** de patentes para a produção de vacinas contra a covid-19. O acordo de líderes possui tanto previsões para a Câmara quanto para o Senado, e pode ser visto a seguir na íntegra:

> Ao vivo: Congresso decide sobre vetos presidenciais e mudanças na LDO

Continuação: Decisão sobre vetos na Câmara seguiu acordo da Reunião de Líderes

Se você chegou até aqui, uma pergunta: qual o único veículo brasileiro voltado exclusivamente para cobertura do Parlamento? Isso mesmo, é o Congresso em Foco. Estamos há 17 anos em Brasília de olho no centro do poder. Nosso jornalismo é único, comprometido e independente. Porque o Congresso em Foco é sempre o primeiro a saber. Precisamos muito

do seu apoio para continuarmos firmes nessa missão, entregando a você e a todos um jornalismo de qualidade, comprometido com a sociedade e gratuito. Mantenha o Congresso em Foco na frente. JUNTE-SE A NÓS

## Google deve restabelecer dois canais de YouTube removidos indevidamente

Por José Higídio

Por constatar excessividade na conduta, a 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a condenação do Google ao restabelecimento de dois canais que haviam sido removidos do YouTube por alegações de violações de **direitos** autorais.

Em seus canais, o youtuber exibia e comentava trechos de partidas de futebol. Um deles chegou a ter mais de 60 mil inscritos, enquanto o outro alcançou 212 mil. Em 2018, alguns vídeos de poucos minutos foram excluídos. O autor recebeu um aviso da plataforma de que teriam ocorrido violações de **direitos** autorais. Ambos os canais foram posteriormente removidos.

A 15ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo determinou a restituição dos canais e o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil. Segundo a juíza Celina Dietrich Trigueiros Teixeira Pinto, o Google, empresa responsável pelo YouTube, não comprovou a suposta denúncia de terceiro por violação de **direitos** autorais. Ela ainda considerou que a plataforma desrespeitou o direito fun-

damental de livre expressão do autor.

Já o desembargador Natan Zelinschi de Arruda, relator do processo no TJ-SP, indicou que o YouTube somente poderia remover canais e vídeos "que contenham peculiaridades íntimas, nudez ou cenas sexuais", o que não seria o caso.

Porém, foi afastada a indenização por dano moral. Arruda não observou "nenhuma afronta à dignidade da pessoa humana" ou "exposição vexatória". Segundo o relator, a remoção dos canais seria um "simples dis-sabor em relação ao cotidiano".

"Com a decisão, percebe-se a atuação judicial para frear arbitrariedades nas decisões unilaterais ou automatizadas de remoção de vídeos, impedindo-se que por alguns supostos vídeos violadores, todos os canais de criadores sejam excluídos, com bloqueio de monetizações", aponta o advogado José Antonio Milagre, que atuou no caso.

para ler o acórdão

1124163-02.2018.8.26.0100

## Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro

O Congresso deve analisar nesta semana os seis vetos do presidente Jair Bolsonaro à lei que estabelece a quebra temporária de patentes de vacinas e insumos em períodos de emergência de saúde nacional ou internacional, como a pandemia de Covid-19. A pauta coloca em debate o barateamento potencial de remédios e imunizantes sob o argumento de preservar vidas ao custo de atentar contra o **direito** à propriedade intelectual e o respeito a tratados internacionais.

Ao todo, o Congresso agendou para esta segunda-feira (27) a análise dos vetos presidenciais a 36 propostas. Os vetos serão analisados primeiro pelos deputados, a partir das 10h, e mais tarde, a partir das 16h, pelos senadores. A análise dos vetos ao projeto de quebra de patentes consta da pauta oficial desta segunda, mas pode ficar apenas para quinta-feira (30) devido a um acordo fechado entre os líderes na última sexta (24).

A Lei 14.200 foi parcialmente sancionada por Bolsonaro em 2 de setembro e passou a vigorar no dia seguinte, após publicação oficial no Diário Oficial da União. Foram vetados seis pontos que obrigavam o proprietário da patente a efetuar a transferência de conhecimento e a fornecer os insumos de medicamentos e vacinas.

Entidades e parlamentares defensores ao restabelecimento dos pontos vetados - ou seja, favoráveis à derrubada dos vetos - defendem que os pontos rejeitados por Bolsonaro podem ampliar a oferta de vacinas e baratear medicamentos utilizados para a recuperação de pacientes via produção e aquisição de genéricos.

Por outro lado, as entidades e parlamentares que defendem a manutenção dos vetos apontam para os riscos da não preservação da propriedade intelectual e até econômicos de se derrubar os pontos rejeitados

por Bolsonaro. O apoio aos vetos levou até mesmo o Parlamento Europeu - o Congresso da União Europeia - a enviar cartas aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O apelo foi protocolado na quinta-feira (23).

O que está por trás do apoio do Parlamento Europeu aos vetos

A preocupação do Parlamento Europeu atende, naturalmente, a um interesse de seus membros, que, por sua vez, correspondem a interesses econômicos de empresas do Velho Continente. A Gazeta do Povo foi informada que a carta encaminhada a Lira e Pacheco é assinada por 12 integrantes de cinco nacionalidades: Itália, Espanha, Portugal, Eslovênia e Eslováquia.

Os autores são de membros da direita e da esquerda política do Parlamento Europeu que ficaram preocupados com o desenvolvimento econômico, sobretudo das indústrias europeias e principalmente do setor farmacêutico. A Gazeta do Povo foi informada que a anglo-sueca AstraZeneca é uma das empresas que pressionou os congressistas europeus a apelarem ao Congresso Nacional.

A vacina Oxford/AstraZeneca já é produzida no Brasil em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Na prática, a lei parcialmente sancionada por Bolsonaro retiraria temporariamente de empresas farmacêuticas como a AstraZeneca os direitos de produção e comercialização com exclusividade de vacinas e medicamentos.

O problema alertado pelo Parlamento Europeu não é a quebra de patentes em si, mas o risco de derrubada dos vetos, que obrigaria as indústrias e empresas europeias que inovam e criam tecnologias a serem obrigadas a fornecer todas as informações para que empresas brasileiras possam reproduzir sua pro-

Continuação: Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro

priedade intelectual.

Para muitas indústrias e empresas no mundo, a propriedade intelectual é um ativo muito importante por ser a principal forma de desenvolvimento e valorização de empresas como as gigantes farmacêuticas. Na prática, o que essas companhias alegam é o risco de desestimular o desenvolvimento científico, o que, por consequência, pode gerar impactos à economia.

O que dizem os trechos vetados e quais as justificativas de Bolsonaro

O primeiro trecho vetado por Bolsonaro expressa que o "titular da patente ou do pedido de patente objeto de licença compulsória" deve "fornecer as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução" do medicamento ou insumo, "assim como os resultados de testes e outros dados necessários à concessão de seu registro pelas autoridades competentes".

O segundo previa que, caso houvesse "material biológico essencial à realização prática do objeto protegido pela patente ou pelo pedido de patente", o titular deveria "fornecer tal material ao licenciado". Ambos os trechos foram vetados por Bolsonaro sob a justificativa de "trazer caos ao sistema patentário nacional".

Sob aconselhamento técnico do governo, Bolsonaro entendeu que os trechos poderiam "suscitar conflitos com as indústrias farmacêutica e farmoquímica". "Destaca-se, ainda, que o know how é de titularidade exclusiva da empresa, a qual terá a prerrogativa de licenciá-lo ou não", justificou.

Também foi vetado um trecho que previa que a licença compulsória poderia ser concedida em lei, fato que levou Bolsonaro a rejeitar sob a justificativa de que "incorreria na inobservância ao devido processo administrativo". Outro ponto vetado previa que a emergência em saúde pública de importância nacional (Espin) "declarada em decorrência da in-

fecção humana" pela Covid-19 "caracteriza-se como emergência nacional nos termos da Lei de Propriedade Industrial".

Bolsonaro vetou sob a justificativa de que é "desnecessário ratificar em lei que a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional relacionada ao coronavírus configura hipótese que autoriza o acionamento da Lei de Propriedade Industrial". "Pois poderia ensejar o entendimento de que todas as hipóteses previstas naquele dispositivo deveriam ser declaradas em lei para que o licenciamento compulsório fosse validado", complementou.

Quais os riscos da derrubada dos vetos com a quebra de patentes

Empresas multinacionais e até nacionais estão atentas e preocupadas com a discussão dos vetos à lei de quebra de patentes. A leitura feita por essas companhias é de que os trechos rejeitados por Bolsonaro serão derrubados pelo Congresso.

Anteriormente, elas atuaram junto ao presidente da República e seus ministros para convencê-los dos riscos de uma transferência compulsória de informações para a reprodução de vacinas e medicamentos, que incluiria segredos científicos.

O discurso apresentado ao governo é de que a sanção da lei como foi aprovada no Congresso colocaria em risco o estímulo de empresas se instalarem no mercado brasileiro. Companhias comunicaram auxiliares de Bolsonaro sobre a possibilidade de o Brasil lidar com a fuga de capital intelectual e registro de patentes.

O argumento de dar segurança jurídica à **propriedade** intelectual e estimular as empresas brasileiras a registrarem patentes e reterem suas inovações e capital intelectual em solo brasileiro convenceram Bolsonaro. Não apenas pela pressão exercida por empresas farmacêuticas, mas, também,



Continuação: Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro

do agronegócio.

Embora a lei parcialmente sancionada preveja normas para a quebra temporária de patentes de vacinas e insumos em períodos de pandemia, o governo foi alertado para os riscos à insegurança jurídica do **direito** à propriedade intelectual à atividade econômica como um todo. Entidades do agronegócio se juntaram às farmacêuticas para atuar junto ao governo e mitigar os danos aos negócios.

A Crop Life Brasil, associação que reúne empresas das áreas de produção agrícola sustentável, biotecnologia, defensivos químicos e produtos biológicos, e outras sete entidades - incluindo a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**) - assinam uma carta que foi enviada ao Congresso defendendo a manutenção dos vetos.

As entidades destacam que os vetos de Bolsonaro "mantêm a legislação em harmonia aos ditames constitucionais vigentes e cumprem dispositivos dos Tratados Internacionais adotados" e que, "passados mais de 18 meses do surgimento da Covid-19, não se tem qualquer notícia de que houve concessão de licença compulsória para o combate da atual pandemia em nenhum país do mundo". "O Brasil, felizmente, já vacinou 88% da população com a 1ª dose e caminha rapidamente para alcançar níveis de total imunização", afirmam no texto.

As associações sustentam, ainda, que "produtos de alta complexidade tecnológica não são facilmente desenvolvidos, tampouco replicados" e ressaltam que os produtos são "resultantes de longos processos de pesquisa e emprego de diferentes recursos, incluindo recursos humanos". Também enfatizam que "não há ambiente favorável a investimentos em inovação por qualquer empresa, qualquer que seja o setor econômico, sem um sistema de **propriedade** intelectual equilibrado e juridicamente estável".

Quais os argumentos de quem defende a derrubada dos vetos

O convencimento pela derrubada dos vetos é capitaneado pelo Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, composto por entidades e especialistas em saúde, como a organização não governamental (ONG) Médicos Sem Fronteiras. Em nota, esse grupo alega que os vetos de Bolsonaro impedem o país de reduzir seus custos com medicamentos em até 80%.

Esse grupo defende que a derrubada dos vetos pode reduzir custos de remédios utilizados em outros países na recuperação de pacientes. Os medicamentos apontados têm a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas não estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) por não terem recebido a autorização da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) para o uso contra a Covid-19.

Um dos medicamentos apontados é o Tocilizumabe, que é usado na rede privada de saúde para a recuperação de pacientes. O grupo informa que, no Brasil, o custo desse remédio chega a superar R\$ 6 mil, enquanto versões genéricas têm custo equivalente a 1/80 do preço de referência (R\$ 3.203). O medicamento reduz em 40% o risco de morte em pacientes graves e foi aprovado pela **Anvisa**.

"Se Bolsonaro não tivesse feito vetos, a nova lei permitiria que os fármacos genéricos já em produção no exterior pudessem ser adquiridos no Brasil com rapidez e usados pelo SUS após aprovação da **Anvisa** e incorporação pela Conitec [Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS]", reforça nota do grupo divulgada pela revista "Carta Capital".

Em nota publicada pelo site "Metrópolis", o grupo diz que a derrubada dos vetos permitirá "que o país tenha mais ofertas de vacinas e possa adquirir genéricos, a preços menores, de medicações de alto custo que têm sido usadas para tratar os pacientes graves de Covid-19".

Quem também se manifestou favoravelmente à quebra de patentes foi o Vaticano, que, em junho, de

Continuação: Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro

fendeu o direito universal às vacinas contra a Covid-19. O documento foi uma resposta a uma carta que a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado havia enviado ao papa Francisco, em que os senadores pediam que o pontífice intercedesse pelo povo brasileiro.

Quais as chances de os vetos de Bolsonaro serem derrubados

Apesar dos esforços de multinacionais e nacionais brasileiras em manter os vetos, são altas as chances de derrubada dos trechos rejeitados por Bolsonaro. O retrospecto do placar de aprovação da legislação ainda na forma do Projeto de Lei (PL) 12/2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), é um sinal disso.

O texto foi aprovado pela primeira vez no Senado por 55 votos a 19, em abril. Enviado à Câmara, foi aprovado por 425 votos a 15 em julho. Por ter sido modificado pelos deputados federais, o texto retornou ao Senado e foi aprovado por uma margem ainda maior, 61 a 13, em agosto.

Para que um voto presidencial seja derrubado basta a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores, computados separadamente. Se os votos pró-derrubada não alcançarem essas marcas em uma das casas, o veto presidencial é mantido.

O clima no Congresso é favorável à derrubada dos vetos nas duas Casas. Na Câmara, o Grupo de Trabalho sobre **Propriedade** Intelectual calcula ter o apoio de 19 dos 25 partidos, segundo o site "Metrópoles". A votação dos vetos da lei à lei de quebra de patentes estava prevista para esta segunda-feira, e ainda consta da agenda oficial, mas a análise foi adiada para a quinta-feira (30) após reunião de líderes na sexta-feira (24).

"Foi combinado e com anuência de todos os demais que essa matéria vai ser apreciada só na sessão de

quinta-feira. Não será nesta segunda, até porque existe possibilidade de entendimento por parte das lideranças do Congresso junto com o governo federal, através da chefia da Casa Civil, de poder entender e pactuar a derrubada do veto em três artigos", afirma à Gazeta do Povo o líder do PSD no Senado, Nelsinho Trad (MS).

Os vetos de Bolsonaro que expressam o fornecimento compulsório de informações e materiais biológicos estão entre os três trechos que o Congresso busca negociar com o governo, mas alguns parlamentares acreditam ter maioria para derrubar mesmo sem a anuência do Palácio do Planalto.

"A questão da transferência biológica é algo que nos é mais caro. Se, através desse entendimento, encontrarmos um caminho para poder pactuar com a Casa Civil, eu tenho a convicção de que, daí, sairá um bom entendimento e o projeto conseguirá atingir o seu objetivo", destaca Trad, que foi relator do PL 12/21.

Apesar de pressões de entidades e do Parlamento Europeu, o senador mantém posicionamento favorável ao restabelecimento dos pontos vetados. "É mais do que natural e isso foi desde sua concepção, que os países ricos, aqueles que detêm as tecnologias e vacinas para todo mundo, são contra esse projeto, ao passo que aqueles que estão mais necessitados, que precisam da vacina, os denominados países em desenvolvimento, países pobres, eles são a favor. É uma luta do lado econômico com o lado da vida. Eu prefiro ficar do lado da vida", diz Trad.

O que diz a minoria que defende os vetos da lei de quebra de patentes

Os defensores da manutenção do veto formam uma minoria que promete lutar pelo **direito** à propriedade intelectual e o desenvolvimento científico e econômico até o último instante. A defesa é feita majoritariamente por parlamentares liberais da centro-esquerda à direita.

Continuação: Quebra de patentes na saúde: os interesses em jogo na análise dos vetos de Bolsonaro

O deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) é um dos que votou contra o projeto e pretende manter seu voto por entender que o direito de propriedade é uma forma de proteger o mercado e o consumidor com o estímulo à inovação.

"Precisamos reconhecer como as patentes, acordos de licenciamento, processos transparentes de revisão regulatória, formas de proteção às boas ideias e a **propriedade** intelectual estão permitindo a rápida transferência de conhecimento dessas descobertas para pesquisadores e inovadores em todos os lugares", defende Rigoni.

O líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ), é outro defensor da permanência dos vetos. "Forçar a **transferência** de tecnologia negaria aos inovadores a certeza e a previsibilidade necessárias para investir com confiança e acelerar o lançamento de novos produtos no Brasil", pondera.

O deputado Marcel van Hattem reforça. "Nós entendemos que a **propriedade** intelectual, como qualquer outra propriedade, precisa ser respeitada. A

inovação precisa chegar ao maior número de pessoas e só vai chegar se os que criam tiverem seus direitos resguardados", sustenta.

Os três deputados são membros da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que questiona o populismo defendido pelos favoráveis à derrubada dos vetos em detrimento do desenvolvimento econômico, científico e intelectual.

"O veto à lei proporcionou uma nova oportunidade de reflexão sobre o assunto, ainda em tempo de salvar o **direito** a propriedade no Brasil. Acompanhamos de perto as negociações para que o Congresso não derube o veto, garantindo o direito dos desenvolvedores e protegendo a economia do país", informa a bancada temática.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Industrial**  
3

**Patentes**  
4

**Direitos Autorais**  
6, 7

**ABPI**  
7

**Propriedade Intelectual**  
7

**Inovação**  
7